



Processo n.º: 5.629/2013

Apenso n.º: 480.000.080/10

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelas irregularidades na cessão do Capitão QOPM Alexandre Sérgio Vicente Ferreira ao Tribunal Superior Eleitoral, com possíveis prejuízos decorrentes do pagamento de vantagens e promoções típicas da carreira militar sem a devida agregação. Controle Interno atestou a regularidade das contas. Unidade técnica propõe a citação do servidor militar cedido (beneficiário dos pagamentos). Ministério Público aquiesce à sugestão do corpo técnico, com acréscimo de se determinar a audiência dos dirigentes da PMDF. Voto divergente do relator: Encerramento das presentes contas, com absorção do prejuízo pelos cofres distritais. Pedido de vista. Voto convergente com o relator.

VOTO DE VISTA

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelas irregularidades na cessão do Capitão QOPM Alexandre Sérgio Vicente Ferreira ao Tribunal Superior Eleitoral, conforme os termos da ementa.

Na Sessão Ordinária n.º 4.749, de 3 de fevereiro de 2015, o Relator, Conselheiro José Roberto de Paiva Martins, proferiu voto nos seguintes termos:

“7. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades pelas irregularidades na cessão do policial militar CAP. QOPM ALEXANDRE SÉRGIO VICENTE FERREIRA ao Tribunal Superior Eleitoral, com possíveis prejuízos decorrentes do pagamento de vantagens e promoções típicas da carreira militar sem a devida agregação, estabelecida na Lei nº 7.289/84.

*8. Está cabalmente demonstrado que o servidor militar foi legalmente **requisitado** para atuar junto à Justiça Eleitoral. Não há que se falar, no caso, de ‘**agregação**’. Menos ainda no eventual excesso de remuneração... que não lhe cabia controlar. O que tenha recebido a maior, por culpa da Administração, é verba alimentar irrepetível, pois não deu causa ao erro. Cabe, no caso, alertar as autoridades militares distritais para a necessidade de estarem mais atentas à legislação no tocante à cessão de servidores militares.*

9. Por outro lado, não obstante a conclusão dos pareceres pelo chamamento em audiência dos responsáveis, esta Corte tem recorrentemente adotado o entendimento de que, em casos similares ao aqui examinado, o possível prejuízo verificado deve ser absorvido pelos cofres do Distrito Federal (Decisões n.ºs 4.570/14-CMA¹, 1.210/14-CPM² e 3.938/13-CPT³).



Neste sentido, de acordo com os precedentes da Corte, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 480.000.080/10;

II. considere regular o encerramento destas contas e a absorção pelo erário distrital do eventual prejuízo decorrente da cessão do servidor militar ao Tribunal Superior Eleitoral;

III. dê ciência deste Relatório/Voto e da r. decisão que vier a ser proferida à Polícia Militar do Distrito Federal;

IV. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à Secretaria de Estado de Transparência e Controle.”

Pedi vista do presente feito, nos termos vazados na Decisão n.º 172/2015 (fl. 44), para melhor me inteirar da matéria nele tratada.

O militar, no caso em exame, exerceu função de natureza civil no Tribunal Superior Eleitoral, no período de agosto de 1997 a abril de 1999, tendo optado pela remuneração da função exercida naquele tribunal, conforme declarou à fl. 108.

Enquanto esteve à disposição do TSE, o militar não ficou agregado ao seu respectivo quadro.

Com o devido respeito ao entendimento do ilustre Relator, do qual divirjo, a agregação, no caso, é exigência constitucional, prevista no art. 142, § 3º, inciso III, da Carta Magna, aplicável aos militares do Distrito Federal por força do art. 42, § 1º (antes da EC n.º 18/98 a agregação era tratada no art. 42, § 4º, da CF), que transcrevo:

“Art. 142

(...)

§ 3º

(...)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea ‘c’, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei;”

No mesmo sentido, a Lei n.º 7.289/1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da PMDF:

“Art. 77. A agregação é a situação na qual o policial-militar da ativa deixa de ocupar a vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número.



§1º O policial-militar deve ser agregado quando:

(...)

III – for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de:

(...)

l) ter passado à disposição de outro órgão do Distrito Federal, da União, dos Estados ou Territórios para exercer função de natureza civil;”

No caso concreto, como não houve a agregação do militar enquanto esteve exercendo função no TSE, fica claro o descumprimento das normas legais.

Além da agregação não ter ocorrido, o militar recebeu concomitantemente a remuneração da função de natureza civil exercida no TSE, pela qual optou, e a remuneração da sua graduação na PMDF.

Essa percepção simultânea de duas remunerações contraria a Lei n.º 5.619/70, que dispõe sobre vencimentos, indenizações, proventos e outros direitos da PMDF, vigente à época em que os fatos ocorreram:

Art 6º Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar ao soldo quando:

(...)

3) estiver em efetivo exercício de cargo público civil, temporário e não eletivo, ou em autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, respeitado o direito de opção;

Todavia, verifico que o presente feito é um dos que resultaram do desmembramento do Processo n.º 054.000.922/2002, de Tomada de Contas Especial instaurada pela PMDF em cumprimento ao item III, alínea “c,” da Decisão n.º 3.066/01, no sentido de que fossem apurados possíveis prejuízos financeiros, bem como indicados os responsáveis pelas irregularidades, em face dos indícios de vantagens e promoções típicas da carreira militar aos policiais militares cedidos a órgão públicos, sem a devida agregação.

Com relação a tais processos, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 5.451/2012, adotada no Processo n.º 23.002/2011, resolveu:

“(...)

II- considerar regular a dispensa de ressarcimento de vantagens indevidamente percebidas em decorrência da irregularidade na cessão dos interessados para exercício junto à Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, o que deverá ser observado nas tomadas de contas especiais instauradas em decorrência do item II, letra “c”, da Decisão nº 3.066/01. (Grifei)”

Observo que naquele mencionado processo deixei expresso o meu entendimento acerca da matéria, o qual acabou vencido, quando da prolação do *decisum* n.º 5.451/2012:

“Contudo, caso o egrégio Plenário decida pelo não acolhimento de preliminar suscitada pelo Parquet, convém examinar o mérito.



Em outra oportunidade, defendi a procedência da Representação, amparado no fato de inexistir ato formal de agregação dos militares. Ocorre que o militar está adstrito a um conceito de hierarquia e de disciplina, pilares fundamentais na prática administrativa castrense, que não se coaduna com a ausência de formalidade. Exemplo desta diferenciação com o sistema administrativo civil é registrado por Alexandre Henriques da Costa¹:

‘em consonância ao exposto, constata-se que na Administração Pública Militar o sistema hierárquico é garantido em muito maior grau do que na Administração Pública em geral, pois naquela não se determina ao não cumprimento de uma ordem superior apenas uma sanção disciplinar delimitada pela Lei do Funcionalismo Público comum, mas a possibilidade de restringir ao militar do Estado sua liberdade, isto tanto pelo Código Penal Militar quanto pelo próprio Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.’

Nesse mesmo sentido, convém trazer excertos de artigo de Maurício Vieira²:

‘vale reiterar que a hierarquia e disciplina são institutos presentes na administração de todas as organizações, todavia, a constituição federal só se refere a esses princípios quando versa sobre as Forças Armadas e Auxiliares, em seus arts. 42 e 142. Isso porque a hierarquia e disciplina não são apenas simples componentes destas forças, mas a base organizacional delas, donde se compreende que carecem de total defesa e prioridade. Ao sopesar os princípios da hierarquia e disciplina com os demais princípios constitucionais, cumpre não olvidar que aqueles constituem o sustentáculo das forças militares, e estas por sua vez são as responsáveis pela soberania (primeiro fundamento constitucional) do país. Essa reflexão é de fundamental importância para a compreensão do significado da hierarquia e disciplina para os corpos militares, bem como para a proteção da pátria e vitalidade do Estado. Cumpre ressaltar, que boa parte dos dispositivos constitucionais, que refletem o tratamento especial disposto aos militares, são originados da imprescindibilidade dos princípios da hierarquia e disciplina. Dessa forma, a previsão constitucional desses princípios constitucionais como formadores da base organizacional das instituições militares denota mais uma peculiaridade expressa.’

Em virtude da primazia dos princípios da hierarquia e da disciplina, portanto, é que enxerguei como irregular considerar-se agregado o militar, sem que tenha havido ato formal para tanto.

Todavia, a situação agora é diametralmente oposta, pois o próprio Ministério Público fez acostar aos autos o documento intangível, inexorável da confirmação de que houve, sim, o ato formal de agregação dos militares. Mais claro que o documento de fl. 250, nesse sentido, impossível. Assim, entendo que o pilar de sustentação do voto da relatora (ausência de ato formal de agregação) não mais se sustenta. A propósito, concordo com o Ministério Público quando

¹ “A Obediência Hierárquica no Sistema Penal Militar”. Texto disponível em <<<http://www.jusmilitaris.com.br/uploads/docs/obediencia.pdf>>>. Acesso em 26/07/2012.

² Artigo científico: “Especificidades Constitucionais dos Militares”. Texto disponível em <<www.jusmilitaris.com.br>>. Acesso em 27/07/2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

afirma que, embora o signatário José Wanderley Carvalho Bezerra não tenha sido contemplado no documento de fl. 250, a evidência conduz ao mesmo raciocínio desenvolvido para os demais, eis que a situação é a mesma, os fatos também.

Dessa forma, acompanho o Parquet, quando pugna pela improcedência da Representação em tela.

A par disso, deve-se recordar que, em princípio, os militares signatários atuaram de forma irregular, pois sonegaram informação crucial para o deslinde da matéria, a qual, inclusive, levou este revisor a pugnar pela procedência da Representação, em momento anterior. Noutras palavras, repito, em princípio, representaram ao Tribunal apoiados em fato falso. Dessa forma, entendo de bom alvitre que a Corte comunique tais ocorrências à Polícia Militar do Distrito Federal.”

Dessa forma, em face das disposições insertas no item II da Decisão n.º 5.451/2012, tem sido essa a solução adotada pela Corte de Contas em diversos casos da espécie (como exemplo, as Decisões n.º 5.781/2013, 3.154/2014, 2.579/2013, 1.832/2013, 4.261/2013, 2.578/2013, 3.647/2013, 3.092/2013, 1.386/2013).

Assim sendo, estando tal entendimento já consagrado no Tribunal, cumpre absorvê-lo, como forma até de prestigiar a uniformidade e a estabilidade das decisões aqui adotadas, fundamentais para a plena consecução do princípio da segurança jurídica.

Com base nessas ponderações, por fundamento diverso, VOTO no sentido de que a Corte acolha as sugestões do Relator.

Brasília (DF), 09 de março de 2015.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro